



O ESPAÇO ESCOLAR EM TEMPO DE GLOBALIZAÇÃO

Jaqueline Ritter Pereira¹

Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ)
jaquerp2@gmail.com

Conhecer alguns elementos da construção da identidade de um povo em determinado local é fundamental para entender onde vivemos e o que nos constitui territorial e nacionalmente neste mundo globalizado constituído por redes. E quais são as suas implicações nos espaços de educação formal e nos processos de ensino-aprendizagem, nos ajuda a repensar o espaço escolar como lugar de formação do humano com vistas a sua inserção social. Embora, “a realidade, é além disso, tudo aquilo em que ainda não nos tornamos, ou seja, tudo aquilo que a nós mesmos nos projetamos como seres humanos, por intermédio dos mitos, das escolhas, das decisões e das lutas”.(SANTOS, 2008, p. 168).

Refletir o espaço e o tempo no sentido amplo e também restrito da palavra é sem dúvida nenhuma um grande desafio. Principalmente quando se trata desse complexo mundo da modernidade, em que a nossa inserção nas redes pode ir de um simples bate papo informal no MSN conectado a rede mundial de computadores até os mais variados espaços sociais de produção intelectual da pessoa humana. Bem como, a nossa forma de participação na produção dessa nova história.

Vivemos em um mundo complexo, marcado na ordem material pela multiplicação incessante do número de objetos e na ordem imaterial pela infinidade de relações que os objetos nos unem. Nos últimos cinquenta anos criaram-se mais coisas do que nos cinquenta mil precedentes. Nosso mundo é complexo e confuso ao mesmo tempo, graças à força com a qual a ideologia penetra objetos e ações. Por isso mesmo, a era da globalização, mais do que qualquer outra antes dela, é exigente de uma interpretação sistêmica cuidadosa, de modo a permitir que cada coisa, natural ou artificial, seja redefinida em relação com o todo planetário. Essa totalidade-mundo se manifesta pela unidade das técnicas e das ações (SANTOS, 2008, p. 171).

¹ Professora de Química da Rede Pública do Estado do RS e mestranda em Educação nas Ciências da UNIJUÍ – Ijuí/RS.



Por isso mesmo, é que a nossa inserção nos diferentes espaços sociais fica sujeita a força que os espaços de fluxo ocupam na sociedade em rede. Desta forma, as pessoas vivem em lugares, mas o lugar que ocupam, as funções e o poder ficam submetidos a organização do espaço de fluxos em que as redes existem para constituir a força do lugar. Segundo Castells (1999, p. 407);

Em cada país a arquitetura de formação de redes reproduz-se em centros locais e regionais, de forma que o sistema todo fique interconectado em âmbito global. Os territórios em torno desses nós desempenham uma função cada vez mais subordinada, às vezes perdendo a importância (ou até mesmo a função).

Se o global está no local e vice-versa, a nossa participação enquanto cidadãos não ocorre de forma gratuita, e pensando ingenuamente ou não esses espaços são dotados de uma força que por um lado podemos pensar que é difícil contrapor a ideologia que a domina e somos todos levados pela maré da moda, do consumismo, da era da cibernética, enfim... Por outro lado, a força que temos enquanto Instituição Escolar é levar o aluno a no mínimo se dar conta das forças que o modelam e o governam neste tempo de globalização, que penso já ser o suficiente para nos manter nessa sociedade do consumo e da competição. Vejamos que as redes nos obrigam e nos afastam desse jogo de forças e deste embate que modelam uma sociedade em rede. Castells (2002, p. 407), ainda continua;

As regiões, sob o impulso dos governos e elites empresariais, estruturam-se para competir na economia global e estabelecem redes de cooperação entre as Instituições regionais e as empresas localizadas na área. Desta forma, as regiões e as localidades não desaparecem, mas ficam integradas nas redes internacionais que ligam seus setores mais dinâmicos.

Esta afirmação do autor nos faz pensar que os pequenos municípios que se sustentam essencialmente da economia agrícola e tem seus preços regulados pelo mercado internacional não tem força o suficiente para virar o jogo com lutas sindicais locais? E ainda, não correm o risco de desaparecer? O êxodo rural hoje é um fato, não contribuirá para a aglomeração nos grandes centros urbanos com um



esvaziamento do campo, mantendo-se apenas os grandes produtores capazes de se fazer sobreviver nesse jogo de forças? Há um tencionamento nada pacífico nessas interrogações, até por que mais adiante o próprio Castells afirma existir uma hierarquia na rede que não é garantida e estável, estando sujeita à concorrência acirrada entre as cidades.

Embora Santos (2008, p. 89), aponte para a possibilidade de uma outra globalização, muito mais humana e menos perversa, para essas prerrogativas ele destaca que os últimos séculos marcaram, para a atividade agrícola “ a constituição de um meio geográfico a que podemos chamar de meio técnico-científico-informacional”, característico do meio rural e também urbano, fazendo emergir uma “agricultura propriamente científica, responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto a vida de relações”. O que segundo o autor, caracteriza-se em uma agricultura científica globalizada, com referência planetária não apenas no modo de produção, suas técnicas e o preço dos produtos para as necessidades locais, mas também conduz a uma demanda extrema de comércio. Milton Santos (2008), explica:

A agricultura científica, moderna e globalizada acaba por atribuir aos agricultores modernos a velha condição de servos da gleba. É atender a tais imperativos ou sair , p.89
Nas áreas onde tal fenômeno se verifica, registra-se uma tendência a um duplo desemprego: o dos agricultores e outros empregados e o dos proprietários; por isso, forma-se no mundo rural em processo de modernização uma nova massa de imigrantes, que tanto se podem dirigir às cidades quanto participar da produção de novas frentes pioneiras, dentro do próprio país ou no estrangeiro, como é o caso dos brasiguaios , p. 90

Poderia-se, colocar como possibilidades de leitura dessa realidade que se apresenta, a Escola, intermediando a leitura que se faz do real, quando busca significar os saberes escolares no contexto da realidade e da vivência de seus alunos, já que o que prevalece é um ensino descontextualizado dessas vivências.

Fora do contexto a ciência torna-se árida, sem significado e nega a narrativa das próprias vivências. A sua apresentação



aos escolares como conhecimento dado e verdadeiro enfatiza o seu caráter descontextualizado como uma característica incontestável e típica. Isso inibe diálogos entre professores e estudantes e impede análises de contextos reais em que os conhecimentos poderiam ser contextualizados, possibilitando a criação de sentidos e significados para os mesmos (ARAÚJO, M. C; AUTH, M. A; MALDANER, O. A. 2007, p.247).

Nesta perspectiva de ensino “é na Escola que se deve travar o debate sobre ciência e sua influência no contexto de vida das pessoas” no seu território, e desta forma o processo pedagógico poderá veicular nova compreensão da realidade em que os estudantes encontram-se envolvidos.

Quanto a isso, Auth, Maldaner e Zanon questionam as limitações do conhecimento científico hoje, no que se refere a quanto ele é capaz de solucionar os problemas mais emergentes de nossa sociedade, como fome, habitação, o acesso aos bens culturais e tecnológicos, os conflitos culturais, cujo otimismo é derivado da modernidade e por isso mesmo é que no contexto escolar essas verdades deixam pouca margem de discussão quanto a falhas e equívocos que como saber científico possa ter quando se parte do pressuposto da construção humana.(In SANTOS e GRECA, 2006).

Outro ponto fundamental a ser refletido pelos autores, é o da fragmentação dos saberes que a educação precisa superar, segundo os autores acima referidos, “os conhecimentos propostos são fragmentados e a aprendizagem passa a ser vista como capacidade de resolver repetidamente os inúmeros exercícios” p.53, de forma a atender uma lista de conteúdos, que hoje nas escolas se resumem basicamente a uma lista oferecida pelos programas de ingresso ao ensino superior.

A peculiaridade está na constante busca de interligação dos campos de conhecimento necessários, principalmente nas Ciências da natureza e suas tecnologias e como apoio teórico possível, busca-se a teoria da complexidade, com base em Edgar Morin. Para (MORIN, 2002, p. 550),

O postulado do pensamento complexo corresponde essencialmente a uma reforma, se não mesmo a uma revolução, do procedimento de conhecimento que quer de agora em diante manter juntas perspectivas tradicionalmente



consideradas antagônicas (universalidade e singularidade) ... o conjunto torna-se assim, para nossa inteligência, uma unidade relativamente autônoma... É este salto qualitativo, e apenas ele, que vai atestar a passagem de um paradigma para outro.

O autor prossegue dizendo que a educação é um campo rico para as práticas do pensamento complexo,

Ela visa ao desenvolvimento da pessoa, à constituição do sujeito, sua autorização (capacidade conquistada para tornar-se co-autor de si mesmo), mas por outro lado ela prossegue nos objetivos que lhe são atribuídos devido à sua função social, a adaptação ao que existe, a iniciação e submissão as regras, o que permite a entrada na sociedade [...] ao saber e ao saber-fazer vem juntar-se o desenvolvimento possível em cada um, de um saber ser e estar, que legitima, em função da apropriação dos efeitos e das trocas relacionais, a alteração da infidelidade, e mesmo da traição. (2002, p. 556).

Nisso tudo, Morin situa o pensamento complexo em duas vertentes: científica e filosófica do conhecimento, o que por sua vez poderiam colocar o saber escolar em um lugar de importância tanto para o conhecimento quanto para a história do fazer desse conhecimento.

E considerando que nos constituímos nos diferentes contextos de espaço e tempo, não poderíamos deixar de fazer referência aos espaços pelos quais o sujeito homem se insere desde o seu nascimento, e que são fundamentais na constituição da identidade desse sujeito enquanto pessoa humana, que por sua vez avança no tempo do seu crescimento e segue-se pela vida adulta. Sem destacar o espaço e o tempo de uma gestação, de caráter singular entre o bebê e a sua mãe, o primeiro espaço social no qual nós nos inserimos é a família, cujas aprendizagens acontecem desde as primeiras horas de vida com o “sugar”, seguindo-se das outras tantas que só ocorrem pelo convívio com o “outro” que também é humano e ainda, para cada tempo dessa evolução no caminho do tornar-se humano, o sujeito internaliza toda cultura que é peculiar daquele tempo.

A cultura é um dado fundamental na compreensão dos lugares. Ela permite perceber os laços que os indivíduos tecem entre si,



sobre a maneira como instituem a sociedade, como a organizam e como a identificam ao território no qual vivem ou com o qual sonham. (CALLAI, 2006, p.123).

Neste sentido seria difícil separarmos o espaço do tempo e vice-versa, porque todas as regras e normas que são aceitas pela humanidade ao longo de sua evolução é sem dúvida nenhuma construída nos mais variados espaços sociais e vivenciados a fundo no seio das famílias, que atualmente não obedecem à mesma lógica de organização que se tinha em outros tempos. Assim, compreendemos o espaço como o lugar de onde fala um grupo de pessoas, em um determinado tempo, seja ele controlado por um relógio ou não.

Segundo, CASTELLS (1999, p. 435,):

Espaço é a expressão da sociedade. Uma vez que nossas sociedades estão passando por transformações estruturais, é razoável sugerir que atualmente estão surgindo novas formas e processos espaciais. A finalidade dessa análise é identificar a nova lógica que fundamenta essas formas e processos. Não é uma tarefa fácil porque o conhecimento, aparentemente simples, de uma relação significativa entre sociedade e espaço esconde uma complexidade fundamental, uma vez que o espaço não é reflexo da sociedade, é sua expressão. O espaço não é o reflexo da sociedade, é a sociedade.

Neste caso, a organização do espaço familiar nada mais é do que a dinâmica de toda estrutura social, que se vista como contraditória, em conflito de valores, é por que a sociedade assim também o é, já que os atores são os mesmos nos espaços sociais das famílias, da escola e da sociedade como um todo, atuando nesses ambientes construídos. E ainda para o autor “ espaço é tempo cristalizado”, de herança construída no social.

Desta forma, só tem sentido definir espaço quando se trata de uma organização social. Por esta razão, considero a família o primeiro espaço social de formação, seguido da escola, do bairro, do município e do mundo no qual estamos inseridos e que além do tempo em que o ser humano convive nesses espaços, também o tempo no sentido histórico da evolução da sociedade, é o responsável pelos valores, comportamentos étnicos e morais que se constroem nessas relações.



E é por este motivo, que nessa complexa teia de inter-relações que se estabelecem entre os espaços que fica claro o quanto um interfere no outro, ficando quase impossível não considerar o Bairro ou o Município em que a Escola está inserida, por exemplo, ou melhor, não considerar de que forma o bairro e as famílias entram no contexto da escola modificando-a ou se deixando modificar. Então questionamos, inicialmente a nós mesmos: é o ser humano que constitui o espaço, ou é o espaço que mais força tem de constituir o ser humano para domina-lo de acordo com o rigor do momento? E ainda, que espaços virtuais são esses que por vezes ganham mais “espaços” do que outros historicamente construídos, como a Escola e a Família?

Para Callai (2006, p.123), “reconhecer a cultura significa pertencer a história do lugar, as origens das pessoas que ali vivem e as verdades e valores que pautam as relações entre elas” o que em muito representa o vínculo que as pessoas estabelecem entre elas e com o lugar, o que reforça ou não um sentimento de pertencimento.

E portanto, penso de que forma o planejamento escolar dá conta de constituir cidadão um sujeito que vem dos mais variados espaços sociais e informais de formação? E que papel social tem o professor nesse tempo de dominação de tantos espaços? Que tempo é esse?

Faz-se necessário destacar aqui a leitura que Marques (1993, p. 66) faz segundo o modo de pensar pós-moderno:

Tempo dos deslocamentos, fraturam-se as referências ou linha linhas de orientação: a razão, a história, o Estado, o saber das Ciências ou o sujeito coletivo não passam agora de ficção, desaparecem os limites, os contornos, as fronteiras entre as disciplinas do saber, entre as práticas sociais, com a perda generalizada das identidades e a dissolução dos procedimentos, tudo disposto a mercê das combinações e dos jogos de retórica. [...] Dissolve-se o sujeito social na instabilidade da linguagem... O consenso nas ciências é apenas um estado de discussão particular, falaciosa, uma informação incompleta. Não se distinguem os objetivos e procedimentos da ciência dos da política, neles a sociedade se auto-afirma sem se preocupar com a autofundamentação e legitimidade.



Em contraponto a essa forma de pensar os neomodernos se sustentam, segundo o autor em “um recomeço, a reconstrução da razão, centrada agora não na subjetividade individual ou na particularidade, mas na intersubjetividade da livre comunicação entre os atores sociais” .(1993, p. 69) que emergem no limiar do tempo presente, como uma possibilidade de nos guiarmos neste novo modo de pensar, neste novo paradigma.

A vida toda o homem está em busca de respostas para suas mais variadas indagações, que vão desde a sua origem e origem do cosmos até a ponto de questionar a sua própria condição de racionalidade, o que por sua vez foi e continua sendo determinante para compreender e descrever os rumos que a sociedade tem tomado nesses últimos anos, constituindo os marcos históricos dessa evolução nos mais variados lugares e tempos. Conhecer a sua própria capacidade de apreendente coloca o homem em um lugar de destaque em relação às demais animais, já que o homem é capaz de relacionar-se com o mundo sendo capaz de dizer o mundo, uma vez que fez da linguagem um meio de racionalizar-se e tornar-se cada vez mais humano, com mais razoabilidade no trato com o outro e com a natureza.

O “animal tem um mundo objetivo organizado por um tempo e espaço vivido”. E é esta “objetivação do tempo e do espaço que diferencia os homens, onde o próprio sentido torna-se perceptível”. Enquanto o animal contenta-se em conhecer os fatos, mas sem saber que ele sabe, o homem na sua subjetividade compartilhada faz nascer à linguagem, que constitui a sua forma mais evoluída de sua representação-ação. Assim, “a linguagem nasce da subjetividade compartilhada” , com base em Vincent na obra de Edgar Morin (2002, p. 183), e este afirma ainda, que “o indivíduo só existe enquanto sujeito num mundo que lhe pertence e define”, mundo este, que o autor chama de extracorporal.

A verdade é que o conhecer da espécie humana, conduziu o homem por patamares jamais previstos, que na tentativa de conhecer a si e a natureza fez com que produzisse novas técnicas e novos materiais, que de certa forma lhe deram maiores chances de desvendar o mundo ao mesmo tempo em que criam sérios problemas para o mundo e para o homem próprio. Desta forma, pensar que a



desigualdade de condições e de acesso, também é um problema que coloca a humanidade como refém de sua própria criação.

Toda relação do homem com a natureza é portadora de técnica que se foram enriquecendo, diversificando e avolumando ao longo do tempo.(SANTOS M. 2008, p. 62).

Segundo o autor a técnica oferece respostas à vontade de evolução dos homens, e definidas pelas possibilidades que criam são a marca de cada período da história. Para ele o que caracteriza um período de avanço técnico é o capitalismo e as novas concepções sobre o homem. E que ainda bem que as idéias filosóficas foram capazes de amenizar a guerra que este tempo de globalização impõe ao indivíduo e sua coletividade. Embora se perceba que o próprio período de globalização coloca-se como uma ruptura nesse processo de evolução, da mesma forma que a técnica coloca-se como condição para a globalização, o poder hegemônico é condição para a existência de uma contra-hegemonia, que se contrapõe a toda concepção de dominador e dominado, do local e do global em espaço de homogeneização.

Por se tratar de monopolização, (GRAMSCI, 1978, p.5) destaca que

a mais típica destas categorias é a dos eclesiásticos, que monopolizaram durante muito tempo (numa inteira fase histórica que é parcialmente caracterizada, aliás, por este monopólio), alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, através da escola, da instrução, da moral, da justiça, da beneficência, da assistência, etc.

Enfim, é talvez desta forma que se percebe a contradição como caos e como saída utópica para a realidade que se apresenta, e está claro que se apresenta em crise na própria crise. E parafraseando mais uma vez com Gramsci (1978), o monopólio das superestruturas nunca foi exercido sem lutas e sem limitações, principalmente quando este nasce e renasce de diferentes formas e categorias e com seus próprios privilégios. Trata-se de “uma camada de administradores e também cientistas, teóricos, filósofos não eclesiásticos, etc.” p.6.



Estas várias categorias que o autor define por intelectuais tradicionais, mantém-se unidos com,

Espírito de grupo sua ininterrupta continuidade histórica e sua qualificação eles consideram a si mesmos como sendo autônomos e independentes do próprio grupo social dominante. Esta autocolocação não deixa de ter conseqüências de grande importância no campo ideológico e político. (p. 6)

É também neste século que se vive à lentidão e a velocidade, da rapidez de informações que a mídia traz, a falta de acesso a tudo isso, o tudo e o nada num mesmo lugar e mesmo tempo! É isso que nos estimula a pensar em quão contraditório pode se apresentar o mesmo espaço de convivência, já que fica no campo do imaginário das pessoas e das instituições sociais o seu próprio domínio, seja ele a serviço da hegemonia dominante ou dominada. O que me faz questionar após estas reflexões é o que tem legitimado a Escola e os seus saberes neste tempo de globalização e que poder é esse que nos é delegado, quando temos a licença da república para ENSINAR EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO?!

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. C; AUTH, M. A; MALDANER, O. A. Autoria Compartilhada na Elaboração de currículo inovador em Ciências no Ensino Médio. In: **CONTEXTO E EDUCAÇÃO. Ensino de Ciências e Matemática e formação docente** - Ijuí, ano XXII, nº 77, jan/jun.2007.

AUTH, M; MALDANER, O. A ; ZANON L. Pesquisa sobre educação em ciências e formação de professores. In: Flávia Maria Teixeira dos Santos, Ileana Maria Greca (Orgs). **A pesquisa em ensino de Ciências no Brasil e suas metodologias**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. 440p.

CALLAI. Helena Copetti. In: Antonio Carlos Castrogiovanni(Org.). **Ensino de Geografia: práticas e contextualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006.



CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617p., il. (A era da informação. Economia, sociedade e cultura, v. 1).

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a cultura**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira/AS. 1978.

MARQUES, Mário Osório. **Conhecimento e Modernidade em Reconstrução**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1993.

MORIN, Edgar. **A religação dos saberes: O desafio do séc. XXI**. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal** – 15 ed – Rio de Janeiro: Record, 2008.